



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO**ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 7/2021 – TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo n. 0000032-25.2021.4.01.8012)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, APOIO DE COPA E APOIO ADMINISTRATIVO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) MESES, PARA ATENDER A SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ/RO.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de Limpeza e Conservação Predial, Apoio de Copa e Apoio Administrativo, com fornecimento de material de higiene e limpeza, com fornecimento de uniforme, EPIs, ferramentas e equipamentos, pelo prazo de 30 (trinta) meses, para atender às necessidades da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade Estimada de Postos	Jornada de Trabalho
1	Servente de Limpeza	5143-20	m²	02	8 horas diárias ou 44 horas semanais
2	Servente de Limpeza p/ Banheiros Públicos/Coletivos	5143-20	m²	01	
ATIVIDADES DE APOIO COPA					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade Estimada de Postos	Jornada de Trabalho
3	Copeira	5134-25	Posto	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
ATIVIDADES DE APOIO À MANUTENÇÃO PREDIAL					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade Estimada de Postos	Jornada de Trabalho
4	Oficial de Manutenção Predial	5143-10	Posto	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade Estimada de Postos	Jornada de Trabalho
5	Auxiliar de Escritório	4110-05	Posto	03	8 horas diárias ou 44 horas semanais
6	Auxiliar de Escritório c/ gratificação*	4110-05	Posto	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
7	Recepcionista	4221-05	Posto	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
Total Estimado				10	

* Necessidade de cobertura diária de 1h30 de almoço do(a) Recepcionista.

1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, além da mão de obra, os materiais de limpeza e higienização necessários, os uniformes, equipamentos e ferramentas necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Anexo I deste instrumento, promovendo sua substituição quando necessário.

1.3. O detalhamento e descrição das atividades a serem desempenhadas por cada posto de serviço estão contidos nos Anexo II deste instrumento, devendo observar a qualificação mínima exigida para cada categoria, conforme Anexo III deste termo de referência.

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e por produtividade, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, **a partir do dia 18/07/2021**, podendo ser prorrogado por igual período, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei n. 8.666 de 1993.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A justificativa e objeto da contratação encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (12808721), apêndice desse Termo de Referência.

2.2. O Contrato nº 08/2016, firmado com a empresa AFS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP, referente à prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio administrativo na Subseção Judiciária de Ji-Paraná, expira em 17/07/2021 e não pode ser mais prorrogado, por ter atingido o limite máximo de 60 (sessenta) meses permitido pela Lei nº 8.666/93.

2.3. Com base no histórico da gestão e fiscalização da contratação acima especificada, bem como na quantidade total dos postos envolvidos a serem gerenciados, será exigida da contratada a obrigação de nomear encarregado preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos junto à Administração durante os turnos de trabalhos, que deverá residir em Ji-Paraná/RO, visando facilitar a comunicação entre o Gestor do Contrato e a contratada.

2.4. Considerando que a presente demanda é enquadrada como serviço continuado, visto que sua interrupção pode comprometer a regular continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, optou-se pela vigência contratual acima dos 12 (doze) meses usuais, fixando o prazo de 30 (trinta) meses, admitindo-se, portanto, uma prorrogação por igual período. Ademais, o prazo de vigência por um período maior garantirá maior interesse e participação das empresas do ramo. Também haverá um ganho de eficiência na economia de atos administrativos, já que ao longo da contratação serão realizados apenas uma única prorrogação.

2.5. Para a contratação aqui pretendida, optou-se pela prestação dos serviços com o fornecimento de material/produtos de limpeza sob demanda.

2.6. Justifica-se, ainda, a presente contratação com uso de agrupamento dos serviços em um único grupo pelas razões estritas abaixo:

- a. as quantidades de postos a serem contratadas são consideradas baixas, quando contratadas separadamente, o que pode gerar desinteresse na participação de alguns licitantes, por gerar custos extras as empresas;
- b. o agrupamento de itens em grupo gera maior interesse na participação dos licitantes e garante para a Administração uma maior disputa no lote;
- c. o agrupamento de itens também possibilita a redução dos custos, proporcionando economia de escala ao órgão CONTRATANTE;

2.7. Tal diretiva vai também ao encontro dos entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o Acórdão n. 861/2013-Plenário, a Relatora sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes:

“lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”

2.8. Desta forma, o próprio TCU reconhece que o loteamento de itens é perfeitamente justificável quando se busca promover a economia de escala e a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público, quando preenchido os requisitos legais e se verifica que não haverá restrições de participações no certame, como é o presente caso.

2.9. Ademais, para o agrupamento dos itens foi observado a natureza e quantidades de postos, de acordo com a prática do mercado, de forma a não restringir a participação de licitantes e promover a intensa disputa ao lote.

2.10. É importante destacar que a referida contratação irá unificar serviços e postos de serviços que em outros órgãos públicos também são realizados de forma unificada, tendo em vista que os serviços de limpeza e apoio administrativo são considerados no ramo comercial como gerenciamento de mão de obra comum, os quais não exigem alta qualificação dos empregados que exercerão as atividades, como é o caso da pretensa contratação;

2.11. Não se optou pela divisibilidade do objeto, visto que todos os postos de serviços previstos neste instrumento devem ser licitados em uma mesma contratação, com adjudicação para uma única empresa. Tal demanda está ajustada ao que determina o Acórdão 1.2.14/2013-TCU-Plenário:

"9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática."

2.12. Por fim, o presente instrumento está alinhado com a [Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026](#), quanto a Perspectiva de Recursos, na melhoria da Gestão de Pessoas, uma vez que se refere a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, tendo por escopo a potencialização do capital humano nos órgãos da Justiça Federal. A contratação pretendida também está prevista no Plano Anual de Aquisição e Contratação – PAAC 2021, aprovado pela Direção do Foro, conforme Portaria SJRO-Diref 54/2021 (12738017).

3. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

3.1. Os serviços de atividades de Limpeza e Conservação Predial, Apoio de Copa e Apoio Administrativo serão prestados no seguinte local:

a. **Edifício Sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO:** Av. Raimundo Alves de Abreu, n. 925, Centro, Ji-Paraná/RO, com as seguintes aferições:

TIPO	DESCRIÇÃO	ÁREA	ÁREA TOTAL
Área Interna	Pisos Frios - Alta Densidade de Mobiliário	235,00 m ²	1.407,50 m ²
	Pisos Frios - Média Densidade de Mobiliário	856,40 m ²	
	Pisos Frios - Baixa Densidade de Mobiliário	195,42 m ²	
	Banheiros Públicos, Coletivos e Privativos	73,71 m ²	
	Almoxarifado/Galpões	46,97 m ²	
Área Externa	Calçadas e Estacionamento	1.412,74 m ²	1.412,74 m ²
Área Envidraçada	Esquadrias e fachadas envidraçadas - Interno	0,00 m ²	169,42 m ²
	Esquadrias e fachadas envidraçadas - Externo sem exposição de risco	142,07 m ²	
	Esquadrias e fachadas envidraçadas - Externo com exposição de risco	27,35 m ²	
Somatório Total das Áreas			2.989,66 m ²

4. DOS POSTOS E ÁREA DE PRODUTIVIDADE

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares (12808721), abrange a prestação do serviço de Limpeza (3), no qual deverá ser utilizada a metragem para aferição da produtividade de área e posterior definição da quantidade de postos envolvidos, e contratação de posto de serviço para as categorias de Copeira (1), Oficial de Manutenção Predial (1), Auxiliar de Escritório (4), e Recepcionista (1) de acordo com a dinâmica da execução do objeto, especificada na descrição das atribuições de cada categoria, no Anexo II, deste instrumento.

4.2. A produtividade diária estabelecida por servente, para a contratação dos serviços de limpeza, objeto do presente Termo de Referência, de acordo com disposto no artigo 44 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05/2017 e suas alterações, foi estimada com base nas aferições a seguir:

- a. No edifício Subseção Judiciária de na Ji-Paraná/RO: Av. Raimundo Alves de Abreu, n. 925 - Centro - Ji-Paraná/RO, com as seguintes aferições: **Área Interna:** Pisos Frios - Alta densidade mobiliário - 235,00 m²; Pisos Frios - Média densidade mobiliário 856,40 m²; Pisos Frios - Baixa densidade mobiliário - 195,42 m²; Banheiros Públicos Coletivos e Privativos - 73,71 m²; Almoxarifados/Galpões - 46,97 m²; Total Área Interna: 1.407,50 m²; **Área Externa:** Varrição de passeios e Estacionamento - 1.412,74 m²; Total Área Externa - 1.412,74 m²; **Esquadrias Externas e Fachadas Envidraçadas:** Face externa com exposição à situação de risco - 27,35 m²; Face externa sem exposição à situação de risco - 142,07 m²; Face interna sem exposição à risco: 0,00 m²; Total Esquadrias Externas e Fachadas Envidraçadas - 169,42 m²;
- b. Como a área física a ser contratada é menor que a produtividade mínima estabelecida pela Instrução Normativa nº 05/2017, esta será considerada para efeito da contratação, conforme permite o item 9 do seu Anexo VI-B.

4.3. A força de trabalho será exercida em jornada de trabalho de 8 horas diárias, com até 2 horas de intervalo para refeições e 44 horas semanais, sendo 40 horas de segunda-feira a sexta-feira e 4 horas eventualmente aos sábados, quando convocados pela CONTRATANTE, das 8 às 12 horas, conforme estabelecido no item 1 deste instrumento e Anexo - VIII - Planilha de Produtividade para o Serviço de Limpeza (12303896), para o cargo de Recepcionista o intervalo intrajornada estipulado é de

1h30min em virtude da necessidade de cobertura do horário pelo posto de auxiliar de escritório com gratificação.

5. DO VALOR ESTIMADO E DA QUANTIDADE DOS POSTOS

5.1. De acordo com os Estudos Técnicos Preliminares, estima-se para esta contratação o valor mensal de **R\$ 37.050,68** (trinta e sete mil cinquenta reais e sessenta e oito centavos) e valor global estimado para 30 (trinta) meses de **R\$ 1.111.520,53** (um milhão cento e onze mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e três centavos), conforme demonstração no quadro a seguir:

QUADRO RESUMO							
Serviços/Posto	Jornada	Valor Mensal/ Empregado (R\$)	Empregados/ Posto	Qtde. de Postos	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Valor Global (R\$)
Servente de Limpeza	44 h	R\$ 3.442,58	1	2	R\$ 6.885,16	R\$ 82.621,94	R\$ 206.554,86
Servente de Limpeza - Banheiros Públicos	44 h	R\$ 4.342,95	1	1	R\$ 4.342,95	R\$ 52.115,39	R\$ 130.288,48
Copeira	44 h	R\$ 3.312,93	1	1	R\$ 3.312,93	R\$ 39.755,12	R\$ 99.387,81
Auxiliar de Escritório	44 h	R\$ 3.703,15	1	3	R\$ 11.109,45	R\$ 133.313,41	R\$ 333.283,51
Auxiliar de Escritório*	44 h	R\$ 3.782,94	1	1	R\$ 3.782,94	R\$ 45.395,29	R\$ 113.488,22
Oficial de Manutenção Predial	44 h	R\$ 5.672,46	1	1	R\$ 5.672,46	R\$ 68.069,52	R\$ 170.173,80
Recepcionista	44 h	R\$ 4.387,49	1	1	R\$ 4.387,49	R\$ 52.649,82	R\$ 131.624,55
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 39.493,37	R\$ 473.920,49	R\$ 1.184.801,23
VALOR FIXO ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS/MATERIAIS DE LIMPEZA (NÃO PASSÍVEL DE DISPUTA)					R\$ 924,15	R\$ 11.089,76	R\$ 27.724,40
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 40.417,52	R\$ 485.010,25	R\$ 1.212.525,63

* Necessidade de cobertura diária de 1h30 de almoço do(a) Recepcionista.

5.2. Todas as solicitações oriundas dos empregados da CONTRATADA que prestam serviço nas instalações da CONTRATANTE por força deste contrato, tais como as relacionadas a salários e benefícios, jornada de trabalho, licenças, compensações, negociações de horários, atrasos ou ausência ao serviço, autorização de saída, justificativas, uniformes, equipamentos e outras, serão dirigidas unicamente ao encarregado ou preposto da empresa, o qual tomará as providências cabíveis.

5.3. O encarregado ou preposto consultará o gestor do contrato sempre que o atendimento, ou não, ao pleito do empregado interferir de alguma forma na execução do serviço contratado.

5.4. Na forma do art. 3º da Resolução nº 07/2005, do CNJ, alterada pela de nº 09/2005, fica vedada à CONTRATANTE a contratação de pessoal, para prestação do serviço objeto deste contrato, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à Justiça Federal em Rondônia.

5.5. Os quantitativos apresentados neste Termo de Referência foram feitos com base no quantitativo do atual contrato, cujos valores foram atualizados pela CCT/2021 (12927755).

5.6. O valor de R\$ 27.724,40 referente aos produtos/materiais de limpeza que deverão ser fornecidos, não é passível de disputa. E é um valor estimado, em vista da variação para mais ou para menos, que poderá ocorrer, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, nos termos do item 24 deste Termo de Referência.

6. DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO, DA CARGA HORÁRIA E DAS JORNADAS DE TRABALHO

6.1. A Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO está aberta ao público externo no horário das 09h às 18h, em dias úteis. O horário de funcionamento poderá ser alterado a critério da Administração.

6.2. Todos os funcionários disponibilizados pela CONTRATADA para ocuparem os postos contratados terão Jornada de Trabalho de 44 horas semanais, sendo:

- De segunda a sexta, compreendendo o período entre 08:00h e 18:00h, com intervalo intrajornada de até 2h.
- Aos sábados, quando convocados pela CONTRATANTE: de 08:00h às 12:00h.

6.2.1. Para o posto de Recepcionista o intervalo intrajornada será de 1h30min em virtude da necessidade de cobertura do horário pelo posto de auxiliar de escritório com gratificação.

6.3. Respeitando o máximo de 8 horas diárias e 44 horas semanais, o horário de trabalho acima discriminado poderá ser alterado e comunicado previamente à CONTRATADA, de acordo com a conveniência e necessidade do serviço, para que não haja solução de continuidade da prestação do serviço jurisdicional.

6.4. A prestação dos serviços dar-se-á sempre respeitando o intervalo mínimo de 1 (uma) hora e máximo de 2 (duas) horas para descanso e alimentação, conforme definição da CONTRATANTE, na montagem das equipes de trabalho, o qual será comunicado previamente a CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE reserva-se no direito de convocar os empregados terceirizados para trabalharem aos sábados, sempre que houver necessidade, e respeitada a carga horária semanal prevista em contrato (44h semanais), obrigando-se a restituir à CONTRATADA os valores correspondentes ao fornecimento do vales-transportes aos convocados, sempre que a quantidade mensal de vales utilizada pelos funcionários em decorrência de tais convocações, extrapolar a quantidade mensal prevista na planilha de custos e formação de preços.

6.6. Considerando entre outros, o princípio da economicidade (redução de despesas com consumo de energia elétrica, água, produtos de limpeza etc) e a conveniência do CONTRATANTE, em situação ou período de redução do expediente do órgão, incluindo período de recesso forense, a jornada diária dos postos de trabalho poderá ser reduzida, sem qualquer prejuízo ao trabalhador; em feriados institucionais do órgão, quando não houver expediente, os postos de trabalho poderão ser dispensados; em caso de transferência de datas de feriados por meio de portaria emitida pela Seccional (SJRO), os postos de trabalho deverão seguir o que for determinado pelo órgão, prestando os serviços no dia de funcionamento do órgão, mesmo que seja feriado oficial e usufruindo a folga do feriado na data transferida pela portaria, sem qualquer direito a percepção de hora extra, uma vez que haverá a compensação do dia, previamente definido neste item. Tais ocorrências serão comunicadas à CONTRATADA, para providências junto aos postos de trabalho.

6.7. De forma excepcional, poderá ser dada, a critério da CONTRATANTE, oportunidade para o regime de teletrabalho aos prestadores de serviços das categorias de Auxiliar de Escritório, que se enquadrarem em grupo de risco, para tratamento de saúde, como uma das medidas para enfrentamento de emergência de Saúde Pública de importância Nacional ou Internacional, de acordo com as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde, com vistas à prevenção e proteção da saúde do público interno e externo;

6.7.1. Ficará a critério da administração da contratante, a concessão de equipamentos e recursos de tecnologia da informação para realização remota das atividades judiciais e administrativas.

7. DO REGISTRO E CONTROLE DE PONTO

7.1. A CONTRATADA deverá adquirir, instalar e manter, às suas expensas, relógio de ponto ou outro mecanismo de igual ou superior eficiência, para controle do horário de chegada e de saída, exclusivamente, de seus funcionários ocupantes dos postos contratados.

7.2. O relógio de ponto é de propriedade da CONTRATADA, que se responsabiliza pela sua manutenção, substituição e retirada ao término da vigência contratual, assim como pela correta orientação de seus funcionários para o manuseio do equipamento.

7.3. Haverá tolerância de 15 minutos na chegada dos funcionários que prestarão serviço na sede da CONTRATANTE. Após esse interregno, salvo justo motivo devidamente comprovado, será lançada “falta” ao funcionário e providenciada, pela CONTRATADA, a sua imediata substituição no dia da ocorrência, sob pena de desconto do valor correspondente ao dia não trabalhado, e reflexos no pagamento mensal devido à CONTRATADA.

7.4. A CONTRATADA deverá enviar mensalmente o registro de ponto de todos os prestadores de serviço, juntamente com os documentos para pagamento do valor mensal dos serviços prestados.

8. DA ESCALA DE FÉRIAS

8.1. A fim de não prejudicar o serviço dos postos contratados, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, anualmente, e tão logo seja elaborada, a escala de férias dos seus funcionários que prestem serviços à CONTRATANTE.

8.2. A CONTRATADA deverá conceder férias a seus funcionários à disposição desta Seccional, preferencialmente em dois períodos, não inferior a 10 (dez) dias, onde um deles compreenderá o interstício do recesso forense na Justiça Federal, entre os dias 20 (vinte) de dezembro e 06 (seis) de janeiro de cada ano, sem prejuízo aos serviços mínimos a serem mantidos e da indicação de substitutos durante as férias dos titulares dos postos de Servente de Limpeza e Recepcionista, e, a critério da CONTRATANTE, sem reposição de mão de obra para os postos de serviço de Auxiliar de Escritório; Copeira e Oficial de Manutenção Predial.

8.3. A CONTRATADA alterará a escala de férias exibida, a pedido da CONTRATANTE, sempre que houver possibilidade de prejuízos ao bom andamento dos serviços contratados.

9. DA SUBSTITUIÇÃO EM CASO DE FALTA AO TRABALHO OU FÉRIAS

9.1. Para todas as categorias, a CONTRATADA deverá manter à disposição, para substituição em caso de falta do colaborador/funcionário ao trabalho, no mínimo, uma pessoa devidamente qualificada ao cargo, evitando substituição sem

proveito para a CONTRATANTE.

9.2. Não serão aceitos prestadores de serviço que não comparecerem completamente uniformizados e limpos ao local de trabalho, sendo lançada “falta” ao funcionário e providenciada, pela CONTRATADA, a sua imediata substituição no dia da ocorrência, sob pena de desconto do valor correspondente ao dia não trabalhado, e reflexos no pagamento mensal devido à CONTRATADA.

9.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA observar, registrar os faltosos e providenciar sua imediata substituição, a fim de garantir a execução do serviço contratado, sem prejuízo à fiscalização pela CONTRATANTE.

9.4. O Gestor do Contrato fiscalizará o cumprimento das condições estipuladas neste instrumento, registrando as ocorrências no respectivo Processo Administrativo.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

10.1. Os serviços que compõem o objeto do presente termo de referência podem ser classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no art. 3º, II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

10.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

10.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO

11.1. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO: O objeto do termo de referência enquadra-se na definição de serviços comuns, razão pela qual entende-se que a contratação poderá ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, com amparo no artigo 1º da Lei 10.520/2002 e no Decreto n. 10.024/2019.

11.2. DO REGIME DE EXECUÇÃO: A execução dos serviços será feita na forma INDIRETA sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme apresentado pela licitante vencedora em sua proposta comercial.

11.2.1. Justifica-se a execução dos serviços na sua forma indireta, por ausência de recursos materiais e humanos nesta Administração para realizá-lo diretamente, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada. Ademais, quanto a definição do regime de execução, a empreitada por preço global é a mais indicada para este objeto, já que foram realizadas as descrições e quantificação dos serviços/materiais envolvidos.

12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

12.1. Tratando-se de serviço comum no mercado, entende-se que o objeto descrito neste instrumento poderá ser contratado por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. Para participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá possuir regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

13.2. As licitantes também não poderão estar impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, nem ter sido declaradas inidôneas ou suspensas temporariamente de licitar com a Justiça Federal.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

14.1. Para efeito de qualificação técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove a aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto.

14.1.1. Entende-se por atividade pertinente e compatível a aptidão para gestão de mão de obra com quantidade mínima de 03 (três) postos, por período não inferior a 3 (três) anos, ininterruptos ou não.

14.1.2. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o item 14.1.1. acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

14.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

14.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

14.1.5. No atestado emitido por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado deverão constar o nome completo do signatário e o número do seu CPF, estando todas as informações sujeitas à verificação de veracidade durante a licitação, podendo o pregoeiro solicitar outros documentos comprobatórios, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local em que foram prestados os serviços, telefones e e-mails de contato da contratante, dentre outras diligências.

14.2. Deverá ser exigida a declaração de que o licitante designará formalmente preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos junto à Administração durante os turnos de trabalhos, que deverá residir em Ji-Paraná/RO, visando facilitar a comunicação entre o Gestor do Contrato e a contratada, em até 05 dias úteis após o início da execução do contrato, na forma da cláusula 21, item "ac".

15. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA CONTRATADA

15.1. Para efeito da qualificação econômico-financeira, será exigida:

- a. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- d. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XII de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:
 - i. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
 - ii. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- e. Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

16. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO, DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

16.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes a prestação dos serviços, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

16.2. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, devendo o valor ofertado representar o valor global da prestação dos serviços por 30 (trinta) meses, período definido da contratação.

16.3. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar os VALORES UNITÁRIOS e VALORES TOTAIS, referente aos objetos descritos, utilizando a PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS POR POSTO DE SERVIÇO, conforme Anexo VI deste instrumento, considerando os valores totais dos postos de todos os locais para a vigência de 30 (trinta) meses.

16.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas, para os serviços de LIMPEZA, descritos no item 1 e 2 da tabela constante no item 1 (Do Objeto) deste instrumento, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

16.4.1. Caberá ao licitante realizar as adequações técnicas da metodologia empregada, visando assegurar a execução com nível de qualidade e periodicidade exigidos neste instrumento, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

16.4.2. Deverá ser demonstrada a viabilidade técnica de executar os serviços nos seus termos, bem como garantir o

fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

16.5. As planilhas custos e formação de preços deverão ser entregues no formato PDF, devidamente assinado pelo representante da empresa, bem como no formato EXCEL, com as devidas fórmulas, vinculações e memórias de cálculos.

16.5.1. Os erros nos preenchimentos das planilhas não serão motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

16.6. Além do critério do preço, no julgamento de classificação e aceitação das propostas será verificado o atendimento aos seguintes requisitos e condições:

- a. observação das regras expressas no instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos de cumprimento de obrigações, às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos;
- b. isenção de vícios e observação de normas e leis aplicáveis ao objeto do certame, em especial aos dispositivos de Convenção Coletiva de Trabalho pertinente;
- c. apresentação da proposta de forma clara e objetiva, e contenham todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:
 - i. o preço unitário, mensal e o total para 30 meses;
 - ii. os custos decorrentes da execução contratual deverá ser demonstrado mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços;
 - iii. o valor do adicional de insalubridade para o posto de servente de limpeza - banheiros públicos, condicionado à emissão de laudo de insalubridade a ser providenciado pela contratada.
- d. indicação dos sindicatos, acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviços e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- e. preços ofertados refletindo corretamente os custos envolvidos na contratação, com salários e benefícios, encargos sociais, tributos e demais elementos componentes do preços baseados em acordo ou convenção coletiva e em legislação vigentes;
- f. a quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual, conforme definido pela Administração;
- g. compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado pela Administração e em consonância com aqueles praticados no mercado;
 - i. ofertas com preços superiores àquele definido como máximo pela Administração poderão ser apreciadas na fase de negociação objetivando sua redução para valor igual ou inferior ao definido, sendo recusadas as propostas que, após serem submetidas à negociação, mantiverem seu preço acima desse valor máximo;
 - ii. no caso de verificação da compatibilidade ocorrer em decorrência de oferta de preço demasiadamente inferior àquele definido como máximo pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;
 - iii. a inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada, de modo que, atendidas as exigências legais, os custos referentes a outros componentes da planilha possam ser diminuídos para fim de cobertura do item inicialmente inexequível, nos termos do Acórdão 4.621 – 2ª Câmara – TCU;
 - iv. será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta quando a mesma apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o item e a sua inexequibilidade não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não permitindo a sua imediata recusa.
- h. apresentação da relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, se for o caso, indicando o quantitativo e sua especificação.

16.7. Poderão ser desclassificadas as propostas que:

- a. contenham vícios ou ilegalidades;
- b. não apresentem as especificações técnicas exigidas neste instrumento;
- c. apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pelo órgão ou entidade contratante no ato convocatório;

- d. apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e
- e. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentadas.

16.8. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

16.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência pelo pregoeiro e equipe de apoio, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a. questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b. verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c. levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d. consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f. verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j. estudos setoriais;
- k. consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- l. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

16.10. Sagar-se-á vencedora a empresa que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL, observando os valores unitários, mensais e global máximos estipulados pela Administração.

17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DA EXECUÇÃO

17.1. O contrato decorrente deste instrumento terá como prazo de vigência de 30 (trinta) meses, contados **a partir do dia 18/07/2021**, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse de ambas as partes, conforme disposto no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

17.1.1. A CONTRATANTE realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, formalizando o respectivo aditamento ao contrato.

17.1.2. Para realizar a prorrogação contratual, deverá o gestor do contrato prestar as seguintes informações e/ou juntada de documentos:

- a. relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b. justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- c. comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- d. manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e
- e. comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

17.1.3. A vantajosidade econômica para prorrogação do futuro contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;
- b. quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e
- c. no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de

contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

17.2. A execução será iniciada no dia 18/07/2021.

17.3. A CONTRATADA deverá submeter à fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias corridos antes do início da prestação, relação dos empregados, em especial o preposto, contendo nome completo, documento de identidade, foto 3x4, RG, CPF e as comprovações de capacidades técnicas exigidas, se for o caso, a qual deverá ser imediatamente atualizada e comunicada, por ocasião de eventual substituição.

17.3.1. Havendo alguma objeção por parte da área de Inteligência/Segurança, a CONTRATADA deverá substituir o empregado imediatamente.

17.4. Todos os funcionários que executarão os serviços contratados deverão comparecer devidamente uniformizados, no máximo, a partir do décimo dia útil da vigência contratual, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a confecção e o fornecimento dos uniformes em tempo hábil;

17.5. Até o 10º (décimo) dia útil da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos ou consertados em 24 horas;

18. DO CONTRATO

18.1. A relação contratual, no caso do presente instrumento, será firmado por Termo de Contrato, na forma do artigo 62, *caput*, da Lei n. 8.666/93, efetivando-se no dia 18/07/2021, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA.

18.2. Como condição para assinatura do contrato, a compromissária deverá estar regular junto ao SICAF ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

18.3. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

18.4. Após convocação da empresa vencedora do procedimento licitatório, esta terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura eletrônica do Contrato por meio de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI! do TRF da 1ª Região.

18.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido contrato no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei n. 8.666/93.

18.6. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecidas neste instrumento.

19. DA GARANTIA DO CONTRATO

19.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do dia 18/07/2021, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) **do valor total do contrato atualizado, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados**, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”; ou
- c. Fiança bancária.

19.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, devendo o interessado procurar a Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Rondônia para obter instruções de como efetuar-la.

19.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato para 30 (trinta) meses por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

19.4. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza ao CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato atualizado para 30 (trinta) meses, a título de garantia.

19.4.1. A retenção efetuada não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a CONTRATADA.

19.4.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual de 30 (trinta) meses, acrescido de mais 03 (três) meses, totalizando uma vigência de 33 (trinta e três) meses, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

19.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, inclusive com o FGTS não honradas pela CONTRATADA.
- c. Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

19.7. A opção pelo seguro-garantia somente será aceita se a seguradora ou garantidora das obrigações assumidas pela contratada declarar expressamente, no instrumento competente, a ciência das cláusulas de inadimplemento do contrato e de suas respectivas sanções, às quais estará vinculada incondicionalmente para efeito de pagamento da quantia segurada ou garantida, mediante simples requisição da Seção Judiciária de Rondônia, independentemente de manifestação prévia do tomador ou afiançado.

19.8. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

19.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.11. Quanto houver atualização do valor contratado, por meio de repactuações e reajustes, ou acréscimo por meio de aditamento de serviços, a CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor do contrato para 30 (trinta) meses, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

19.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.13. A garantia será considerada extinta:

- a. com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b. com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no item 19.5, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendida em caso de ocorrência de sinistro.

19.14. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.14.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

19.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a. Realizar Reunião Presencial ou por Videoconferência, na sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e o preposto), para discussão/definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;

- b. Designar gestor e fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- c. Proporcionar as condições para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações pactuadas;
- d. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- e. Assegurar a entrada dos equipamentos, materiais e insumos necessários e o acesso às suas dependências dos empregados da CONTRATADA, para a execução dos serviços, respeitadas as normas internas de segurança;
- f. Informar à CONTRATADA sobre as normas e procedimentos de acesso às instalações dos edifícios onde os serviços serão prestados e as eventuais alterações introduzidas em tais preceitos;
- g. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços contratados, assim como determinar as providências necessárias à regularização das falhas verificadas;
- h. Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste instrumento;
- i. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- j. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- k. Impedir que terceiros executem os serviços contratados;
- l. Promover, por intermédio do gestor e dos fiscais do contrato, o recebimento mensal do objeto;
- m. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua não adequação aos termos contratuais;
- n. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relacionados com os serviços pactuados;
- o. Aprovar o cronograma de férias apresentado pela CONTRATADA para seus empregados e as alterações nele efetuadas;
- p. Auferir mensalmente a qualidade dos serviços prestados;
- q. Realizar mensalmente o pagamento dos serviços prestados, com a devida retenção dos impostos e valores correspondentes a conta vinculada;
- r. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - i. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - ii. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
 - iii. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - iv. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- s. Solicitar aos empregados da CONTRATADA, selecionados por amostragem, por intermédio do gestor e dos fiscais designados para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, os extratos individuais das contas vinculadas do FGTS, com o objetivo de verificar a realização dos respectivos depósitos pela CONTRATADA;
- t. Solicitar aos empregados da CONTRATADA, selecionados por amostragem, por intermédio do gestor e dos fiscais designados para fiscalizar a execução do contrato, que verifiquem se as contribuições para a Previdência Social estão sendo recolhidas em seus nomes pela CONTRATADA;
- u. Comunicar aos órgãos competentes e à Receita Federal do Brasil, quaisquer irregularidades cometidas pela CONTRATADA no recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS;
- v. Exigir da CONTRATADA as Certidões Negativas de Débitos para com a Previdência Social-CND, o FGTS, tributos federais etc., caso esses documentos não estejam regularizados perante o SICAF, conferindo prazo para regularização sob pena de apuração de responsabilidade;
- w. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- x. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no

tocante a qualificação técnico-econômico-financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação (artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93).

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a. Participar da Reunião Presencial ou por Videoconferência, na sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e o preposto), para discussão/definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- b. Oferecer garantia contratual, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) **do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados**, a qual deverá ter prazo de validade de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- c. Prover mão de obra capacitada para desempenhar as atribuições descritas neste instrumento;
- d. Fornecer os materiais, os uniformes, acessórios e todos os equipamentos necessários à prestação dos serviços, **além de máscaras individuais, álcool gel e demais itens de proteção para prevenção contra o COVID-19 e demais calamidades que porventura exijam proteção específica;**
- e. Designar para a execução dos serviços objeto deste instrumento, empregados com bons antecedentes e em bom estado de saúde física e mental, comprovada por atestados médicos, reservado à CONTRATANTE o direito de recusar os empregados considerados fora das condições exigidas para os serviços;
- f. Disponibilizar para a CONTRATANTE a relação dos prestadores de serviços e eventuais substitutos, bem como toda a documentação funcional dos empregados, além dos exames de sanidade física e mental dos que estiverem prestando os serviços nas dependências da CONTRATANTE;
- g. Elaborar cronograma anual de férias com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência do início do primeiro período aquisitivo, estabelecendo critérios para a concessão aos prestadores em serviço na CONTRATANTE, definindo percentual mínimo/máximo, com a concordância da CONTRATANTE;
- h. Submeter à aprovação da CONTRATANTE as possíveis alterações no cronograma citado no subitem anterior;
- i. Enviar à CONTRATANTE cópia dos avisos de férias dos empregados que nela prestarem serviços, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do início da fruição, observado o artigo 135 da CLT;
- j. Preparar rigorosamente os substitutos dos empregados em férias que irão prestar serviços à CONTRATANTE, tendo os cargos que ocuparão registrados nas respectivas Carteiras de Trabalho;
- k. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- l. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;
- m. Comprovar, quando solicitado, a formação técnica específica da mão de obra oferecida, mediante apresentação de certificados de cursos de formação, expedido por instituições habilitadas e reconhecidas;
- n. Cuidar para que a prestação do serviço seja feita de modo ininterrupto, mediante a destinação permanente de substituto imediato, para suprir a ausência do empregado em qualquer situação e tempo, nos horários estabelecidos;
- o. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- p. Em substituições eventuais, apresentar os prestadores de serviços substitutos devidamente uniformizados e identificados, no prazo de até 2 (duas) horas após a comunicação da vacância do posto;
- q. Informar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de um dia, sobre eventuais paralisações da categoria e as providências tomadas para a substituição do(s) empregado(s) e o preenchimento dos postos;
- r. Comunicar com antecedência de 10 (dez) dias qualquer alteração do quadro de empregados que prestarem os serviços objeto deste instrumento, inclusive nos casos de pedido de demissão voluntária;
 - i. A CONTRATADA poderá alterar a relação de empregados mediante solicitação prévia e por escrito à CONTRATANTE, devendo o substituto ter as mesmas qualificações ou qualificações superiores às do substituído;
- s. Substituir, independentemente de apresentação de motivos e sempre que for devolvido pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do serviço;
- t. Providenciar para que seus empregados apresentem-se devida e diariamente limpos e uniformizados (com logomarca

que identifique a empresa) para o desempenho de suas funções, munidos, quando for o caso, dos dispositivos de proteção que se fizerem necessários e portando, obrigatoriamente, durante o seu turno, cartão de identificação com foto (crachá plastificado ou envolto em envelope plástico);

- u. Fornecer aos seus empregados, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de início da prestação dos serviços, e, depois, conforme cronograma do Anexo I deste instrumento, os uniformes, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia deverá ser entregue ao executor do contrato, reservado à CONTRATANTE o direito de exigir, a qualquer tempo, a troca das peças que não satisfizerem as condições mínimas de apresentação pessoal, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após receber comunicação escrita do executor do contrato, para proceder à troca;
- v. Fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os quando for o caso, por outros de medidas adequadas;
- w. Oferecer aos seus empregados reais e efetivas garantias e medidas indispensáveis à segurança, proteção e higiene no trabalho;
- x. Acatar todas as determinações da CONTRATANTE e executar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as programações e instruções de serviço, que serão previamente informadas;
- y. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos ou transtornos causados à CONTRATANTE, provocados por ação ou omissão, sua ou de seus empregados, na prestação dos serviços;
- z. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos causados as suas instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, seu ou de seus empregados, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar, dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor dos prejuízos, podendo, a seu exclusivo critério, optar pela reparação dos danos;
- aa. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente da má execução dos serviços, danos ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros;
- ab. Indicar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, preposto ou empregado com competência para manter entendimentos, receber e transmitir comunicações junto ao executor do contrato, independentemente de a CONTRATANTE poder manter contatos diretos com a gerência operacional/diretoria da CONTRATADA;
- ac. Caso não seja utilizado nenhum sistema informatizado para tal fim, credenciar empregado(s) de seu quadro administrativo junto à CONTRATANTE para, em dias definidos e horários que não comprometam a prestação dos serviços, procederem à distribuição de contracheques, vales-transportes, vales refeição, e outros documentos de responsabilidade da CONTRATADA, bem como para esclarecer dúvidas de seus empregados e da contratante e providenciar o que for solicitado;
 - i. O comprovante de entrega dos vales deverá ser feito, preferencialmente, de forma eletrônica, com cópia à CONTRATANTE. Para os demais casos, obrigatoriamente, em duas vias, uma para a CONTRATADA e a outra para o executor do contrato, que deverá recebê-la em até dois dias úteis após a distribuição;
- ad. Cumprir as instruções complementares do executor do contrato quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nas dependências da CONTRATANTE;
- ae. A empresa CONTRATADA que seja regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
 - i. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços (prepostos);
 - ii. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços (prepostos), devidamente assinada pela CONTRATADA;
 - iii. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
 - iv. declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
 - v. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- af. Fornecer aos seus empregados os vales-transportes e refeição/alimentação conforme dispõe a legislação vigente e as convenções e acordos coletivos das categorias;
 - i. Com vista à racionalização e à uniformização de procedimentos na concessão dos vales-transportes e refeição/alimentação aos empregados, a CONTRATADA deverá considerar, em relação aos empregados com jornada de 44 horas semanais, cada mês como sendo composto de 22 (vinte e dois) dias úteis;
 - ii. Para os empregados que recebem ambos os benefícios por intermédio de cartões magnéticos, estes deverão ser recarregados mensalmente com créditos totais que correspondam aos 22 (vinte e dois) dias referidos no subitem

anterior;

- iii. Os dias em que o empregado faltar ao trabalho por qualquer motivo deverão ter os correspondentes descontos de vales-transportes e refeição/alimentação efetuados na concessão de ambos os benefícios no mês subsequente;
 - iv. Quando do início da vigência do contrato, os vales-transportes e refeição/alimentação deverão ser entregues aos empregados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do contrato;
 - v. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, no caso de empregado substituto ou de novos prestadores de serviços da CONTRATADA, comprovar o fornecimento de vales-transportes e refeição/alimentação no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o início da substituição ou início da atividade;
 - vi. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- ag. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- i. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- ah. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- ai. Na hipótese de a CONTRATADA não honrar os compromissos inerentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das notas fiscais e pagar diretamente aos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, os valores correspondentes aos salários, aos auxílios transporte e refeição/alimentação e aos eventuais direitos trabalhistas dos empregados da CONTRATADA, bem como as contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, fornecendo os documentos necessários para viabilizar todos os pagamentos e recolhimentos, sem ocorrer o rompimento da avença com a CONTRATANTE;
- i. Os valores de que trata este subitem serão depositados diretamente nas contas correntes dos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento;
 - ii. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários não transfere a responsabilidade do seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste instrumento;
 - iii. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere este subitem pela própria Administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS;
 - iv. Nas ocorrências deste subitem, será aberto processo de apuração de responsabilidade por descumprimento de obrigação contratual, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- aj. Encaminhar, obrigatoriamente, à CONTRATANTE, sempre que solicitados, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da notificação, os extratos analíticos correspondentes aos recolhimentos das contribuições para a Previdência Social - INSS e das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS dos empregados alocados para a prestação dos serviços de que trata este instrumento, os quais também deverão ser disponibilizados, caso necessários, aos seus empregados;
- ak. Proporcionar todos os meios, para que os prestadores de serviços colocados à disposição da CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar do início da prestação dos serviços objeto deste instrumento, tenham o Cartão Cidadão ou outro equivalente, expedido por órgão/entidade federal competente, que possibilite a consulta a benefícios sociais e seu recebimento;
- al. Proporcionar todos os meios, para que os empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar do início da prestação dos serviços objeto deste instrumento, obtenham senha junto ao sistema da Previdência Social para possibilitar-lhes o acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- am. Proporcionar todos os meios para que os funcionários obtenham, sempre que solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE, os extratos dos recolhimentos das contribuições para a Previdência Social e o FGTS;
- an. Apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes de pagamento dos salários e dos auxílios transporte e refeição/alimentação, como também os de recolhimento das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Previdência Social - INSS, todos referentes ao mês anterior da prestação dos serviços de que tratar a nota fiscal;

- i. O pagamento das notas fiscais ocorrerá somente mediante a comprovação do cumprimento das obrigações da que trata o subitem anterior.
- ao. Manter o número de empregados rigorosamente em consonância com o especificado neste instrumento, para o efetivo cumprimento da prestação dos serviços;
- ap. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- aq. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- ar. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- as. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- at. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- au. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- av. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- aw. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- ax. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;
- ay. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- az. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- ba. Manter atualizado os endereços da sede e filiais, se houver, bem com os telefones e e-mails de contato da sede administrativa, prepostos e encarregados, estabelecendo, desde já, que as comunicações oficiais serão realizadas preferencialmente por meios eletrônicos (e-mails, telefones e mensagens eletrônicas);
- bb. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados;
 - i. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
 - ii. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
 - iii. Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- bc. Manter-se, durante o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da contratação;
- bd. Providenciar, como condição para o pagamento do adicional, perícia para emissão de laudo de insalubridade com relação ao servente de limpeza dos banheiros públicos, no prazo de 30 dias, a partir do início da execução do contrato.
 - i. A não apresentação do laudo pericial importará a glosa do valor estimado para o adicional de insalubridade e dos reflexos sobre os demais custos e encargos da mão de obra.
 - ii. O pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade para os demais postos de trabalho vinculados ao contrato estará condicionado a apresentação do respectivo laudo, no prazo de 30 dias, contado da notificação pela CONTRATANTE.

22. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

22.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada -

bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

22.2. A CONTRATANTE realizará as provisões mensais para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este item, as quais serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas pela CONTRATANTE em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, em nome da CONTRATADA.

22.3. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a. 13º (décimo terceiro) salário;
- b. férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

22.4. A CONTRATANTE firmou Termo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, agência PAB Caixa JEF/RO, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

22.5. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será precedida dos seguintes atos:

- a. solicitação da CONTRATANTE, mediante ofício, de abertura da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme disposto nos itens 23.1 e 23.2;
- b. assinatura, pela CONTRATADA, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita a CONTRATANTE ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização da CONTRATANTE.

22.6. O saldo da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a CONTRATANTE e a instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

22.7. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 22.3, retidos por meio da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

22.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

22.9. Os valores provisionados na forma do item 22.3, somente serão liberados nas seguintes condições:

- a. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- b. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- c. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- d. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

22.10. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no item 22.3 ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

- a. Para a liberação dos recursos em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- b. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a CONTRATANTE expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.
- c. A autorização deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

- d. A CONTRATADA deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

22.11. Os valores provisionados para atendimento do item 22.3 são os discriminados conforme tabela a seguir:

**RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO**

ITEM	PERCENTUAIS		
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4,00 % (quatro por cento)		
SUBTOTAL	24,43% (vinte e quatro vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
TOTAL	31,82% (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento)	32,03% (trinta e dois vírgula zero três por cento)	32,25% (trinta e dois vírgula vinte e cinco por cento)

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

22.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

23. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR) PARA O SERVIÇO DE LIMPEZA

23.1. Será adotado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para o serviço de limpeza, conforme Anexo IX deste instrumento.

24. DO FORNECIMENTO DO MATERIAL DE LIMPEZA

24.1 Os materiais de limpeza serão fornecidos de acordo com a demanda da CONTRATANTE.

24.2 A despesa mensal do material de limpeza, a relação dos materiais a serem utilizados e as suas respectivas vidas úteis foram estimadas com base em levantamento do consumo médio mensal do atual contrato.

24.3 Foi destacado valor fixo estimado, não passível de disputa, no item 5 deste Termo de Referência, que servirá de parâmetro para as requisições de material de limpeza no decorrer da execução contratual, necessário para o fornecimento de materiais em quantidade mínima para a perfeita execução dos serviços, podendo haver variação para mais ou para menos, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, inclusive dentro da estimativa de cada produto.

24.4 A requisição do material será feita pelo Gestor do Contrato, em parceria com o Preposto da CONTRATADA, no final de cada mês, que deverá ser entregue à CONTRATANTE até o segundo dia útil de cada mês em suas dependências, no horário de trabalho do Preposto da CONTRATADA, acompanhado da respectiva nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente, especificando o produto, a marca, quantidade fornecida, valor unitário e total, observando-se a periodicidade prevista no Anexo I, sendo que, no primeiro mês de vigência contratual, os materiais deverão ser entregues antes do início da prestação dos serviços. Poderão ser realizadas requisições fora do período aqui estabelecido, desde que a necessidade do material interfira diretamente na qualidade da execução dos serviços.

24.5 Deverão ser priorizadas as aquisições de materiais no comércio local, salvo justificativa devidamente fundamentada apresentada pela CONTRATADA.

24.6 Para aferição qualitativa, a CONTRATADA deverá indicar a marca do material que será fornecido durante o contrato, que deverá atender a todas as exigências, devendo ser analisado no momento da licitação pelo pregoeiro e pelo gestor do contrato. Tal indicação de marca na licitação, considerado o tempo prolongado do contrato, não impede que durante a execução, itens específicos tenham suas marcas alteradas, determinadas pelas alterações/limitações do mercado. Para tal alteração, o contratado deverá formalizar junto ao gestor a troca da marca, com indicação da substitutiva, com todos os elementos necessários (prospectos, catálogos, rótulos, registros na ANVISA, etc.) para que possa ser analisado e aprovado, previamente ao fornecimento.

24.7 O ressarcimento mensal, pela CONTRATANTE, da despesa com fornecimento de material de limpeza, será realizado considerando-se o quantitativo efetivamente entregue, constantes das notas fiscais do fornecedor dos produtos, e os respectivos custos unitários constantes da proposta comercial, quando do pagamento mensal dos serviços, nos termos do item 27 deste Termo de Referência.

24.8 Para que essa despesa não gere prejuízo à CONTRATADA, inviabilizando sua atividade, e como forma de se garantir a concessão de um futuro pedido de reequilíbrio financeiro em razão de alteração de custos, os custos constantes da proposta vencedora deverão estar em conformidade com os preços praticados no mercado, considerados a qualidade e rendimento.

24.9 A relação de material de limpeza do Anexo I é básica e as quantidades foram estimadas para consumo em doze meses, para fins de reserva orçamentária, sendo o fornecimento realizado conforme a necessidade do órgão, podendo ocorrer oscilações de consumo entre os itens durante a execução do contrato, desde que não ultrapasse o valor total estimado para o ano.

24.10 Anualmente, as quantidades poderão ser revistas, para se adequarem ao consumo real da unidade, com a consequente reavaliação dos valores reservados para aquisição dos materiais de higiene e limpeza.

24.11. A descrição de marca dos produtos do Anexo I destina-se a referenciar aspectos de qualidade e produtividade, a partir do histórico e experiência de uso desta Subseção.

24.12 Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados.

24.13 A CONTRATADA deverá usar material de limpeza e outros produtos químicos aprovados pelos órgãos governamentais competentes, devendo ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos às pessoas, meio ambiente ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e todas as demais instalações existentes nas dependências da CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deverá proceder ao descarte, atendendo Legislação Ambiental em vigor.

24.14 A planilha de materiais a ser oferecida pela CONTRATADA **deverá apresentar a definição da marca dos produtos a serem oferecidos, mesmo na fase de apresentação das propostas.** Tal indicação de marca na licitação, considerando o tempo prolongado do contrato, não impede que, durante a execução, itens específicos tenham suas marcas alteradas por produtos de qualidade semelhante, conforme item 24.9 acima, determinadas pelas alterações/limitações do mercado, desde que previamente autorizado pelo Gestor do Contrato.

24.15 A Justiça Federal poderá exigir documento fiscal que vincule o custo unitário de um ou mais produtos/materiais de limpeza ao seu respectivo valor constante da proposta, ou de todos os produtos, principalmente, **quando essa Planilha demonstrar valor inferior a 12% (doze por cento) do valor estimado da contratação.**

24.16 No que concerne aos **itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20 e 21** do Anexo I.4 - Relação de Materiais de Limpeza - Consumo Imediato e **item 13** do Anexo I.4 - Relação de Materiais de Limpeza - Duráveis, classificados como produtos saneantes pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme [Resolução ANVISA RDC n. 32/2013](#) (produtos saneantes risco 2), [Resolução ANVISA n. 59/2010](#) (produtos saneantes risco 1) e [Resolução ANVISA n. 110/2016](#) (produtos saneantes categorizados como água sanitária, risco 2), os produtos ofertados pelas licitantes no certame deverão estar REGISTRADOS e/ou com a NOTIFICAÇÃO de produtos, expedida por essa agência reguladora, com situação deferida e vigente, sob pena de recusa da proposta.

24.17 O pregoeiro poderá solicitar o certificado de registro e/ou notificação do produto junto a ANVISA, ou poderá realizar a consulta diretamente no sítio eletrônico oficial: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/>.

25. DA DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

25.1 Por definição, trata-se dos materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a. Desinfetantes: destinados a destruir indiscriminada ou seletivamente, microorganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- b. Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicação de uso doméstico;
- c. Material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido;
- d. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

25.2. A empresa fornecedora deverá fornecer produtos e materiais que se adequem as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na fabricação dos mesmos, conforme os Art. 5º parágrafos I, e II, e Art. 6º parágrafos I, II, III, IV, V, VI e VII da Instrução Normativa nº 1/2010, do MPOG, que especifica os seguintes critérios:

Art. 5º- (...)

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Art. 6º- (...)

I – Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações

determinadas pela ANVISA;

II – Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

25.3. Deverão ser entregues somente materiais de primeira linha de qualidade, a serem entregues em embalagens de fábrica ou de comercialização.

25.4. O fornecedor só poderá usar produtos químicos aprovados pelo órgão governamental competente - ANVISA, e que não causem danos a pessoas ou animais domésticos, a revestimentos, pisos, instalações e rede de água e esgoto do prédio.

25.5 Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no Decreto n. 7.746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, a CONTRATADA deverá, quando do fornecimento dos materiais, nos casos que não dispuser de forma específica da descrição de cada material:

25.5.1 Fornecer produtos de baixo impacto ambiental;

25.5.2 Dar preferência para produtos reciclados e recicláveis, constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis;

25.5.3 Atentar para não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

25.5.4 Usar produtos fabricados com madeira de origem legal, ou feitos com material reciclados;

25.5.5 Observar que os produtos não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS.

26. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

26.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

26.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

26.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - a. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, nos termos do Anexo X deste instrumento e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para o serviço de limpeza, conforme Anexo IX deste instrumento, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - b. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - c. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo XI deste instrumento, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
2. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

- a. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- b. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
 1. Na hipótese de a verificação a que se refere este item não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

26.4. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para o serviço de limpeza, conforme Anexo IX deste instrumento.

26.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

26.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

26.7. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento será efetuado mensalmente através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento definitivo dos serviços pelo gestor e fiscal do contrato, mas a sua efetivação somente ocorrerá se houver a comprovação do pagamento dos salários e benefícios do mês anterior aos empregados que prestarem serviços à CONTRATANTE.

27.1.1. Caso haja despesas excepcionais previamente autorizada pela CONTRATANTE no mês de referência, como o pagamento de diárias, custos de deslocamentos e/ou horas extras, essas devem ser faturadas em Nota Fiscal à parte e possuir descrição detalhada dos serviços.

27.2. O recebimento e a aceitação dos serviços serão atestados pelo gestor e fiscal do contrato, em documento para este fim, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

27.3. De acordo com o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), previsto no Anexo IX deste termo de referência, a ser emitido pelo gestor e fiscal do contrato mensalmente, bem como a apuração e aceitação do objeto, nos termos do item 24 deste instrumento, a CONTRATADA será comunicada para que emita Nota Fiscal com o valor dimensionado e apurado, deduzido eventuais glosas parciais dos serviços medidos.

27.4. No corpo da Nota Fiscal deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. data de emissão;
- b. dados da CONTRATANTE;
- c. descrição dos serviços realizados, período de prestação dos serviços, com sua quantidade, valor unitário e total;
- d. o número do processo que deu origem à contratação, número do contrato e o número da Nota de Empenho;
- e. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- g. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12, ou ainda, quaisquer benefícios/vantagens tributárias.

27.5. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes:

- a. do pagamento da remuneração, das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), do benefício de vale alimentação e de quaisquer obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
- b. do pagamento antecipado do vale-transporte pelos funcionários optantes, de acordo com o art. 1º da Lei n. 7.418/85 e a vigente Convenção Coletiva SINTELPES/RO X SEAC/RO, bem como cópia dos comprovantes de pagamento;
- c. da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e
- d. do pagamento de eventuais tributos relativos à contratação, cuja obrigação de retenção não seja do CONTRATANTE.
- e. nota fiscal de fornecimento de materiais de limpeza.

27.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

27.7. Para fins de pagamento, consultar-se-á *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal (Receita Federal e a Seguridade Social - INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela CONTRATANTE, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

27.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

27.9. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

27.10. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais glosas, multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

27.11. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

27.12. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações, bem como o ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal.

27.13. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo; ou
- e. cometer fraude fiscal.

28.2. Fica estipulado o percentual de 0,1%, por dia corrido, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa de mora, quando a CONTRATADA:

- a. descumprir o prazo para submeter à fiscalização da CONTRATANTE a relação dos empregados, com a respectiva especialização, acompanhada da indispensável identificação;
- b. descumprir o prazo para indicar o nome do seu preposto para manter entendimentos, transmitir e receber comunicações ao executor do contrato;
- c. descumprir o prazo para elaborar cronograma de férias.

28.3. Fica estipulado o percentual de 0,2%, por dia corrido, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa de mora, quando a CONTRATADA:

- a. descumprir a obrigação de fornecer os uniformes aos empregados, conforme cronograma estabelecido no Anexo I, e o prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir da assinatura do contrato, para uniformizá-los;
- b. deixar de:
 - i. atender solicitação formal da CONTRATANTE, por ocorrência;
 - ii. cumprir as exigências relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, por ocorrência;
 - iii. observar as determinações da CONTRATANTE quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência;
 - iv. substituir o empregado que se apresentar sem uniforme ou desatento às normas de higiene pessoal, por ocorrência;
 - v. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário;
 - vi. cumprir orientação da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, por ocorrência.
- c. deixar de encaminhar à CONTRATANTE os extratos analíticos correspondentes aos recolhimentos das contribuições para o INSS e das contas vinculadas do FGTS dos empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, mensalmente, ou quando solicitado;
- d. deixar de providenciar o cartão cidadão ou outro equivalente para todos os empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento;
- e. deixar de providenciar junto ao INSS senhas para que os empregados alocados para a prestação dos serviços objeto deste instrumento acessem o Extrato de Informações Previdenciárias pela *internet*;
- f. não apresentar as condições de habilitação exigidas na contratação, em especial a regularidade fiscal, no momento do pagamento mensal;
- g. manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado;
- h. retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado;
- i. deixar de cumprir quaisquer obrigações contratuais não previstas neste item de SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, por dia, por hora ou por ocorrência, conforme o caso, limitados a 20 (vinte) dias úteis, 30 (trinta) dias corridos ou 10 horas, respectivamente.

28.4. Fica estipulado o percentual de 0,5%, por dia útil, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa de mora, por:

- a. deixar de efetuar o pagamento de salários aos empregados em dias previamente estipulados;
- b. deixar de fornecer aos empregados os vales transporte e refeição/alimentação;
- c. deixar de recolher as contribuições previdenciárias e do FGTS;
- d. deixar de manter o número de empregados estabelecido neste instrumento;
- e. deixar de efetuar o pagamento do 13º salário e das parcelas pecuniárias relativas às férias dos empregados, nos prazos legais ou estabelecidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho das categorias;
- f. suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por unidade de atendimento.

28.5. Fica estipulado o percentual de 5% sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços mensais prestados, a título de multa punitiva, acumulada com as multas moratórias estipuladas neste instrumento, quando da ocorrência de faltas graves, caracterizadas como falha na execução do contrato, sendo:

- a. o não pagamento dos salários e dos auxílios transporte e alimentação nos prazos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT ou em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;

- b. o não recolhimento das contribuições dos empregados para a Previdência Social e o FGTS;
- c. permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.

28.6. As faltas referidas no subitem anterior poderão ensejar a rescisão unilateral da avença, a aplicação concomitante das sanções pecuniárias a que alude este instrumento e o impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme dispõe o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

28.7. Será descontado (glosado) o valor correspondente às horas não trabalhadas, sobre o valor da nota fiscal relativa aos serviços prestados, por deixar de substituir o empregado que faltar ao trabalho, no prazo de 2 (duas) horas, contado do recebimento da notificação da CONTRATANTE;

28.8. No caso de inexecução total, a CONTRATANTE aplicará a multa punitiva de 10% (dez por cento) e, de inexecução parcial, aplicará a multa punitiva de 5% (cinco por cento), ambas sobre o valor total do contrato não executado, sendo cumulativa com os demais percentuais de multa que forem discriminados para cada inexecução parcial notificada, além da aplicação do impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

26.8.1. A inexecução total poderá ser formalizada quando a CONTRATADA não iniciar a execução dos serviços em até 15 (quinze) dias corridos da data assinalada para o início da execução contratual.

26.8.2. A inexecução parcial poderá ser formalizada após constatada pelo gestor do contrato a prática de reiterados descumprimentos contratuais que acumulados, com ou sem solução pela CONTRATADA, compromete a regular execução dos serviços do contrato, ou outras circunstâncias graves que sejam verificadas pelo gestor, independentemente de reiterados descumprimentos.

28.9. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

28.10. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

28.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.12. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a CONTRATANTE descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

28.13. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

28.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

28.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

28.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para a CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

29. DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS

29.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma instituída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

29.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

29.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada

categoria profissional abrangida pelo contrato;

- b. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa; e
- c. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

29.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

29.5. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

29.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

29.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

29.8. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

29.9. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

29.10. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

29.10.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

29.10.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

29.10.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo a CONTRATANTE esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

29.11. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

29.11.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

29.11.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

29.11.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

29.11.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

29.11.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

29.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

29.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

29.14. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

29.15. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

29.16. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

29.17. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

30. DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

30.1. É vedada a subcontratação para a prestação dos serviços objeto deste instrumento.

31. DA VISTORIA AOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

31.1 Considerando o teor dos Acórdãos nº 4.968, de 2011 - Segunda Câmara, e 906, de 2012 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU, o comparecimento dos licitantes à Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO para a realização da vistoria é facultativo, porém, caso não realizem a vistoria, deverão, nos termos dos Acórdãos nº 1.174, de 2008 e 1.599, de 2010 - Plenário, da mesma Corte de Contas, apresentar declaração de que conhecem e aceitam as condições locais para a execução do objeto, no momento da licitação.

31.2. A vistoria pela empresa interessada, para efeito de cumprimento da exigência acima, deverá ser previamente marcada através do e-mail sesap.jip@trf1.jus.br, (Seção de Suporte Administrativo e Operacional da Subseção Judiciária de Ji-Paraná), de segunda a sexta-feira, no horário das 11h às 16h, feita por representante da empresa, até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para abertura do certame.

31.3. A Declaração de Vistoria será expedida pela Seção de Suporte Administrativo e Operacional, que designará um servidor para acompanhar os representantes das empresas aos locais de prestação dos serviços.

31.4. A empresa licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Vistoria, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto da licitação.

32. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

32.1. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo supervisor da Seção de Suporte Administrativo e Operacional da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO, devidamente designado para a função de gestor do contrato, permitida a assistência de terceiros.

32.2. O acompanhamento e a fiscalização da CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais.

32.3. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências constatadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da CONTRATADA em solucionar as pendências registradas.

32.4. A atestação de conformidade da prestação do serviço, para fins de pagamento, cabe ao gestor do contrato.

33. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

33.1. Compõem este Termo de Referência:

ANEXO I - Relação dos uniformes, equipamentos e materiais **(transformado em Anexo VI do Edital)**;
ANEXO II - Descrição das atribuições dos postos de serviços **(transformado em Anexo VII do Edital)**;
ANEXO III - Qualificação mínima exigida das categorias **(transformado em Anexo VIII do Edital)**;
ANEXO IV - Adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços de limpeza **(transformado em Anexo IX do Edital)**;
ANEXO V - Planilhas de custo estimativo **(transformado em Anexo II do Edital)**;
ANEXO VI - Planilha de formação de preços por posto de serviço **(transformado em Anexo IV do Edital)**;
ANEXO VII - Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021 - SINTELPES/RO X SEAC/RO **(transformado em Anexo XV do Edital)**;
ANEXO VIII - Planilhas de cálculo mínimo de produtividade para o serviço de limpeza **(transformado em Anexo X do Edital)**;
ANEXO IX - Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para serviço de limpeza **(transformado em Anexo XI do Edital)**;
ANEXO X - Orientação da fiscalização técnica **(transformado em Anexo XII do Edital)**;
ANEXO XI - Orientação da fiscalização administrativa **(transformado em Anexo XIII do Edital)**;
ANEXO XII - Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública **(transformado em Anexo XIV do Edital)**.

Ji-Paraná/RO, (data da assinatura eletrônica).

(assinado digitalmente)
Aurelino Helwecyo da Silva Lopes
Matrícula: RO 380320

(assinado digitalmente)
Patrícia Geremias de Oliveira Cabral
Matrícula: RO 380131

(assinado digitalmente)
Gildásio Ferreira Santos
Matrícula: RO 380063

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Pregoeiro(a)**, em 31/05/2021, às 15:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **13084814** e o código CRC **8037978A**.